



## ***POKÉ'EXA ŪTI - VÍPUXOVOKU: TERRITÓRIO - ALDEIA BANANAL***

Paulo Baltazar<sup>1</sup> e Celma Francelino Fialho<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela FCH/UFGD, Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela PUC/SP, Professor cedido para a Licenciatura Intercultural Indígena (CPAQ - UFMS). E-mail: [apotereana@gmail.com](mailto:apotereana@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos de Linguagem pela FAALC/UFMS, Mestra em Educação pela UCDB, docente do CPAQ/UFMS na Licenciatura Intercultural Indígena. E-mail: [celmaterena@gmail.com](mailto:celmaterena@gmail.com)

### **Resumo**

Este trabalho é resultado da pesquisa na geografia indígena, procurando descrever o processo histórico e geográfico da criação da reserva indígena de Taunay/Ipegue e tem como objetivo analisar as consequências da organização socioespacial depois de mais de um século da imposição da cartografia oficial do Estado brasileiro, neste contexto de políticas indigenistas para os Terena, de os integrar e assimilá-los no conjunto de uma vida plástica nos moldes urbanos. Para alcançar os resultados, foram feitas entrevistas com lideranças moradoras da aldeia Bananal, análise do espaço como local de moradia, dialogando com vários anciãos que são antigos moradores para entender o impacto socioespacial e cultural causado pelo formato de ruas e quarteirões, típico de uma cidade urbana, imposto por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no começo do século XX. Com isso, após um século de configuração do SPI, o resultado aponta uma nova produção socioespacial sobre o lugar de moradia dos Terena da aldeia Bananal, onde as famílias extensas atualmente estão concentradas em torno do núcleo do lugar, buscando concentrar a prole, dando maior visibilidade política por meio de agrupamento familiar, identificando-se como vilas, usando o sobrenome da família na maioria das vezes.

*Palavras-chave:* Aldeia Bananal, Terena, socioespacial, território

### **Abstract**

This work is the result of research in indigenous geography seeking to describe the historical process of the creation of the Taunay/Ipegue indigenous reserve and aims to analyze the consequences of socio-spatial organization after more than a century of the imposition of the official cartography of the Brazilian state. In this context of practicing indigenist policies for the Terena, if not only to integrate and assimilate within a set of

plastic life in urban molds. In order to achieve the results, interviews were carried out with leaders living in the Bananal village, analysis of the space as a place of residence, dialoguing with several elders who are former residents to understand the socio-spatial and cultural impact caused by the format of streets and blocks, typical of an urban area, imposed through the Indian Protection Service at the beginning of the 20th century. With this, after a century of SPI configuration, the result points to a new socio-spatial production on the place of residence of the Terena of the Bananal village where the extended families are currently concentrated around the central nucleus of the village, seeking to concentrate the offspring, greater political visibility through family grouping, identifying themselves as villages using the family surname most of the time.

*Key words:* Aldeia Bananal, Terena, socio-spatial, territory

### Introdução

A nação Terena está presente no município de Aquidauana no estado de Mato Grosso do Sul. Filiada ao tronco linguístico *Aruak*, possui uma longa história e trajetória de luta territorial que se estende por muitos anos, antes mesmo da eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870).

Durante toda a existência desses povos, os Terena já possuíam conhecimento tradicional transmitido de geração a geração, os saberes da cultura e dos mitos como forma de ser, viver e relacionar-se com a natureza.

Os saberes tradicionais indígenas vêm de diversos experimentos empíricos, acompanhados de observação complexa que envolve natureza, constelação, fases da lua, obedecendo sempre o campo mítico que está associado ao tipo de conhecimento individual e coletivo, por sua vez socializado para o bem de todos, sempre buscando responder as necessidades, desejos materiais e espirituais, crenças, valores, afetividade, território, com as tecnologias e a ciência indígena.

Os principais saberes indígenas estão ligados à natureza, observando para compreender e conhecer o máximo do funcionamento, não para dominar nem controlar, mas para seguir e

respeitar a lógica que é oferecida pela natureza, dentro de limites e potencialidades em benefício da população indígena.

Para essa discussão, buscamos a concepção indígena sobre natureza e, segundo o antropólogo Gersem dos Santos Luciano – Baniwa:

*A concepção indígena de natureza, que é substancialmente dualista, composta por seres naturais e sobrenaturais, formando um todo único. Assim, todos os seres vivos ou não vivo, reais e materiais possuem também suas dimensões espirituais. Uma planta, por mais simples que seja, possui seu espírito, geralmente conhecido como “mãe”, uma espécie de ancestral protetor (LACED, 2006, p. 173).*

Por meio dessa afirmação, os povos indígenas, particularmente os Terena, possuem a mesma prática com o trato e o respeito à mãe natureza, ou mãe terra, por isso os indígenas reverenciam a natureza por meio do xamanismo e, na dança masculina do *Kipa'êxoti*, posicionam-se na direção dos etnocardeais para fazerem a saudação do nascer e do pôr de sol, da origem do vento e da frente fria.

É preciso ressaltar que os Terena também são portadores de conhecimentos tradicionais e têm a mesma cosmologia de compreensão e de

comportamento com a natureza, incorporada na consciência de que existe a necessidade de proteção, preservação ambiental e territorial dos povos indígenas, evitando o desperdício ou a forma predatória das potencialidades da natureza.

Por outro lado, na questão da organização espacial de moradia dos indígenas, não houve outra escolha a não ser morar, ocupar e construir as casas cartografadas nos modelos do uso não indígena, o que trouxe inúmeros prejuízos culturais, materiais, dificultando a transmissão de conhecimentos tradicionais e principalmente a prática da agricultura familiar, que ficava nos quintais enriquecidos de alimentos, inclusive os pés de algodão para fabricação de redes de dormir.

Por isso, entre outros resultados do mapeamento, escolhemos analisar a forma de organização e de ocupação socioespacial do lugar de moradia e as consequências culturais na reprodução e na transmissão de conhecimentos tradicionais dos moradores da aldeia Bananal.

Com isso, observamos, depois de mais de um século, que esses indígenas viveram na cartografia imposta pelo Serviço de Proteção aos Índios, mas trouxeram nova configuração e ressignificação com outros nomes na aldeia Bananal.

### **1. Criação da Reserva Indígena de Taunay-Ipegue**

Antes da eclosão da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870), a política indigenista tinha interesse, por meio da Província de Mato Grosso, no projeto de aldeamento dos índios, que foi interrompido pela guerra. Nesse

contexto bélico, precisava-se, para guerra, de soldados que participaram de forma significativa em defesa do território brasileiro.

Nesse caso, somente o império brasileiro foi beneficiado, pois as populações indígenas ficaram com restrições territoriais, sendo que terras tradicionais foram ocupadas por fazendas de gado que estavam no entorno das aldeias.

Nesse processo de colonização, é possível afirmar que não foram os colonizadores não indígenas os pioneiros, mas os índios seriam os primeiros, pois estavam nos seus territórios tradicionais na região da cidade de Miranda, inclusive no município de Aquidauana/MS, que já indicava a presença indígena morando nas terras tradicionais.

No entanto, não era objetivo primordial das autoridades brasileiras demarcar a amplitude territorial, pois as intenções eram outras: em primeiro lugar, confinar os indígenas, para demonstrar que foram atendidas suas reivindicações, posicionando-se as autoridades como benevolentes na demarcação física da terra, quando, na verdade, a sobra dos territórios tradicionais indígenas é que foi esbulhada pelo latifúndio. Assim:

*As nove horas da manhã do dia vinte e sete de Setembro do anno de mil novecentos e cinco, decimo septimo da Republica, no lugar denominado “Bananal” os presentes cidadãos Major d’Engenheiros Candido Mariano da Silva Rondon; Coronel Manuel Antonio de Barros como Director dos Indios Terenas, Terente Coronel Estevão Alves Correa e Tenente Francisco Pereira Mendes confinantes da Aldeia do Ipegue e ausente o Coronel Jozé Alves Correa, digo, Jozé Alves Ribeiro também confinante (...) nenhum dos cidadãos presentes allegou razões contra a*

*medição e demarcação da Aldeia do Ipegue, de que aquele Engenheiro foi encarregado pelo governo Estadual. E declararão ainda que nenhum protesto terão a fazer uma vez que fossem respeitados os limites traçados no terreno para as suas terras na parte em que estas confinão com as pertencentes a Aldeia do Ipegue segundo os documentos que apresentarão. (HORTA BARBOSA, 1905, p. 27, Proc. 0981/82, FUNAI, Brasília).*

Como visto, a evidência dos fatos foi confirmada pela pesquisadora Vargas (2003), quando Marechal Candido Mariano da Silva Rondon passou pela região de Taunay/Ipegue, em 1905, com certeza, à procura de mão de obra indígena para construção da linha telegráfica. Por isso, antes era preciso resolver a questão do conflito agrário, delimitando as fronteiras das sobras das fazendas para constituir a reserva territorial dos Terena, a fim de haver segurança e se acabar com as disputas territoriais entre fazendeiros e indígenas.

Entretanto, a demarcação de terras feita por Rondon em 1905 não significou real e verdadeira paz e segurança, porque as terras tradicionais indígenas ficaram de fora e não foram incluídas na demarcação da reserva. Por isso, essa ação não atingiu a amplitude do interesse indígena, ficando caracterizado tão somente o objetivo de resolver o problema de limites, indicando o lugar de confinamento dos Terena.

Nesse caso, as autoridades queriam indicar o lugar não somente de moradia dos Terena, mas também, principalmente, o lugar de índio e mão de obra barata para atender as fazendas de gado. Na concepção das autoridades

brasileiras, resolveram-se os conflitos de terras, mas, para os Terena, não foi o suficiente esse tipo de demarcação territorial que foi feita entre os confinantes. Diante disso, os indígenas foram oficialmente desterritorializados pelas autoridades brasileiras das terras tradicionais que ficaram com os fazendeiros, a exemplo da aldeia *Naxedaxe*<sup>1</sup>, ou *Natakaxe*<sup>2</sup>, que está no interior da atual retomada Fazenda Esperança.

Como se pode ver, na ótica do Estado, estava resolvido o direito ao território para os Terena, com entendimento de que o problema do confronto de terra foi resolvido, mas os povos indígenas têm outra cosmovisão sobre terra, território e territorialidades, bem diferente da proposta estatal.

Os Terena entendem que a territorialidade não é somente demarcar, legalizar e ocupar o território, mas recuperar, valorizar a história cultural e mítica, propiciar a compreensão e o respeito à natureza local de moradia dos espíritos, execução e reprodução dos elementos culturais que estavam em jogo.

## **2. Poké'exa Ūti - Nosso Território**

De acordo com ata que foi redigida em vinte e sete de setembro de mil novecentos e cinco, no lugar denominado Bananal, onde aconteceu a audiência pública, nascia o registro da reserva indígena de Taunay/Ipegue. Percebe-se que a criação da reserva indígena beneficiou fazendeiros diretamente, mas em parte atendeu os interesses dos povos indígenas, que não tinham outra opção e aceitaram

apenas uma terenização de Naxedaxe.

<sup>1</sup> Naxedaxe – língua kadiwéu que significa pingo da gordura da carne quando está assando.

<sup>2</sup> Natakaxe - não tem significado na língua terena

contrariados, submetendo-se à nova forma de territorialização imposta pelas autoridades brasileiras.

É interessante também registrar que a criação da reserva indígena de Taunay/Ipegue foi resultado de reivindicações de lideranças Terena de longas datas, que veio culminar em 1905, conforme ata de reunião da audiência pública com fazendeiros, quando Rondon estava precisando de mão de obra indígena para trabalhar na Comissão de Linhas Telegráficas.

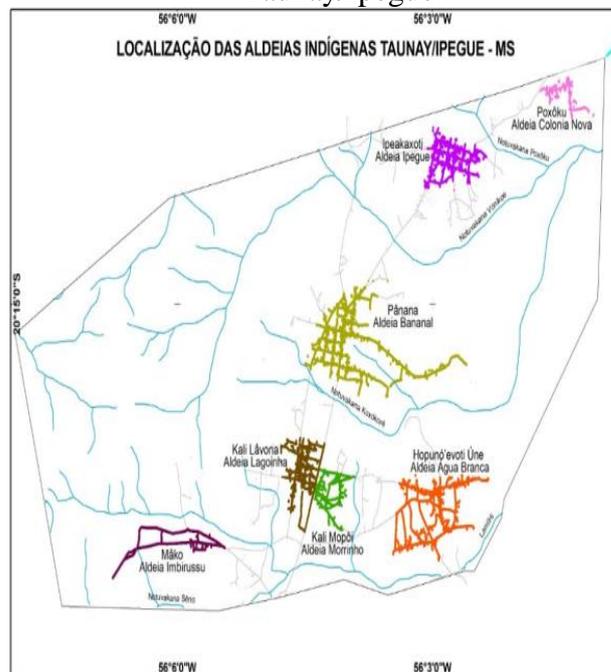
Os Terena são estrategistas e logo aceitaram a proposta de demarcação de terras para “garantir espaços mínimos que são as reservas”, como afirma Eloy Amado (2019). Por sua vez, o traçado da linha telegráfica passou pelo território tradicional e, por isso, foi preciso garantir a demarcação da sobra das terras indígenas, que foi traduzida como reserva que não é território tradicional indígena.

Nesse sentido, aos olhos das autoridades brasileiras, cumpria-se um dos objetivos propostos de aldear os índios para que fossem arregimentados ou arrebanhar os índios Terena que estavam desterritorializados, pois apontavam o interesse de fazer uma aldeia modelo para ser implantada em outras aldeias, uma vez que o território tinha sido definido como Terra Indígena Taunay/Ipegue que, no início, foi composta pela aldeia Bananal e aldeia Ipegue como lugar de índios.

Por se tratar de reserva indígena, incluímos o mapa para conhecimento da localização da Terra Indígena Taunay/Ipegue, atualmente composta por sete aldeias que, ao longo de mais de um século, foi se territorializando para suprir as necessidades econômicas, sociais e, principalmente, espirituais que precisam de um território vasto para a

prática do xamanismo.

**Figura 1:** Localização das aldeias indígenas Taunay/Ipegue



Fonte: Paulo Baltazar – março de 2022.

Uma vez que foi regularizada a demarcação da Terra Indígena de Taunay/Ipegue, em 1905, com 6.461 hectares, a reserva passou a ser Terra Indígena de posse dos índios, mas de propriedade da União, tendo sido expedido o Título Definitivo dessas terras no dia 23 de novembro de 1965, pelo governo de Mato Grosso, segundo Vargas (2011).

Nesse sentido, diante desse novo *modus vivendi*, iniciava-se uma nova situação de confinamento em reservas estabelecidas por Rondon. Com isso, os indígenas perderam autonomia política, econômica e social, submetendo-se à nova ordem e à dependência do Serviço de Proteção aos Índios, chefiado por um

*purútuye*<sup>3</sup>, tornando necessárias a atualização e a manutenção do *ethos* de Terena.

Dessa forma, a criação da Terra Indígena Taunay/Ipegue permitiu aos Terena a segurança de iniciar o processo de territorialização de outras aldeias e, à medida que os tempos vão passando, os Terena foram aumentando em número de pessoas e estarem assegurados no espaço reservado que antes foi destruído pela guerra garantiu a possibilidade de afirmar e chamar de *Poké'exa ûti* (que significa: *Poké'e* – terra; *ûti* - um pronome na terceira pessoa do plural na língua terena que significa nós, nosso ou nossa, então “nossa terra” ou “nosso território”), sinônimo de apropriação e de identidade territorial.

O conceito de terra para os Terena remete à noção de uma determinada porção do espaço geográfico, com diversas características físicas, naturais e espirituais de onde se encontram. *Poké'é* é o lugar historicamente de onde vieram os Terena; por isso, terra e território significam, na cosmovisão indígena: lugar de plantio, local de moradia, local de sociabilidade Terena, lugares espirituais, local mítico de demarcação do lugar de nascimento e de morte, local de iniciação xamânica, sustentabilidade indígena, escola de transmissão de conhecimentos tradicionais, entre outros sentidos.

Para os Terena, parece não importar muito o nome de reserva na língua portuguesa, pois, na verdade, o uso desse termo era uma estratégia de sobrevivência e de garantia do território, ainda que seja o resto das fazendas que confinavam. Isto, porém, não significa que estavam contentes com o tamanho da

reserva, pois sabiam que o território tradicional ficou na posse dos confinantes.

### 3. Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi o caminhamento dentro da aldeia Bananal para verificação *in loco*, com entrevista de lideranças antigas, pesquisa participante com os anciãos da aldeia, observação das imagens de satélite com apoio da cartografia mental para atualização com novas releituras do local de moradia para análises e interpretações.

A construção da cartografia social da aldeia foi importante na riqueza de detalhe que buscou a compreensão dos indígenas sobre a aldeia Bananal, não se tratando de mapeamento impositivo, como é feito na cartografia oficial, mas de um processo de construção coletiva em conjunto com os pesquisadores e agentes sociais que são mapeados.

Para Almeida (2010), no que “concerne a cartografia social, não se trata de um mapeamento impositivo, mas sim de um processo de construção conjunta”. Por isso, percebe-se a importância da participação das lideranças e dos anciãos Terena como fornecedores de informações sobre aldeia Bananal que foi mapeada para que pudéssemos ter maior detalhamento do local de moradia.

---

<sup>3</sup> Purútuye na língua terena significa – não

indígena.



mulheres, lutando boxe e, no final, é servido almoço coletivo dos alimentos doados para todos os moradores, em uma grande confraternização comunitária.

A maioria das práticas culturais foi diluída, inclusive os moldes de organização e ocupação espaciais tradicionais Terena, tornando a aldeia uma cópia plástica da área urbana, apenas transferida para reserva indígena, como desejavam os representantes do agente público.

A imposição do Estado brasileiro na organização socioespacial foi um dos fatores que contribuíram para descaracterizar a dinâmica da coexistência entre as metades endogâmicas, pois não tiveram os seus limites de terra apropriados ou estabelecidos pela cultura, fundindo as duas metades no mesmo espaço, deliberando os casamentos endogâmicos para exogâmicos, provocando algumas vezes confusão nas famílias devido aos casamentos não estabelecidos nos padrões culturais Terena.

Por fim, está registrado em ata de reunião do dia 7 de janeiro de 1976, pelo capitão da aldeia Bananal Tibúrcio Francisco, que o “capitão Manoel Pedro começou arruamentos desta aldeia, orientado pelo Coronel Nicolau Horta Barbosa este foi no dia 7 de fevereiro do ano de 1907”. Assim, as famílias não tiveram alternativas e foram subjugadas à ordem estabelecida, construindo as suas casas no formato de uma cidade, destruindo a forma cultural indígena de organização social, política e na produção do espaço de convivência.

Roberto Cardoso de Oliveira, outro antropólogo que fez etnografia na aldeia Bananal, registrou a sua chegada, na obra “Os Diários e suas Margens”, no dia 15 de outubro de 1955, afirmando que: “cheguei ontem a tarde

acompanhado por seu Luluna estação de Taunay, onde nos esperava seu Jafet Chaves, o encarregado das aldeias Bananale Ipegue” (OLIVEIRA, 2002, p. 193).

Durante a sua visita, ficou impressionado com aldeia Bananal, dizendo que:

*Para quem chega nestas aldeias a primeira impressão é a de estar numa pequena vila regional. Casas alinhadas em ruas bem traçadas, cruzando a aldeia nos sentidos de um tabuleiro de xadrez. Claro que isso ocorre num pequeno núcleo, tido como a área central da “vila” indígena. Observa-se um nítido processo de urbanização. São casas construídas com tijolos ou adobe pintado, com janelas junto a rua, sem jardins, mas tal como nas cidades típicas de interior vê-se nessas janelas mulheres debruçadas espiando tudo o que passa pela rua (OLIVEIRA, 2002, p. 195).*

É isso mesmo que acontece quando as pessoas chegam pela primeira vez à aldeia Bananal: a paisagem e a disposição das casas, muito parecidas com uma cidade, causam estranhamento, principalmente hoje, quando se verifica internet nas duas escolas indígenas, antenas de televisão, internet e telefone fixo residencial em algumas casas indígenas, demonstrando ser mais um distrito da cidade de Aquidauana.

Os moradores da aldeia Bananal estão demonstrando o modo de viver urbano, que penetra na vida cotidiana, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores, como afirma Lefebvre:

*Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário 'moderno' o que*

*comporta novas exigências no que diz respeito aos 'serviços'. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade (LEFEBVRE, 1969, p. 17).*

Além da energia elétrica iluminando as ruas, nas residências, os moradores são possuidores de diversos tipos de carros e os jovens adotaram as motocicletas para transitarem entre as aldeias, resultado de trabalho de mão de obra externa, como é o caso da colheita de maçã no Rio Grande do Sul.

### **5. Consequências Socioespaciais e Culturais**

A pesquisa demonstrou a interpretação das consequências culturais devido ao lugar de moradia das pessoas na aldeia Bananal. Ao longo de mais de um século, as famílias foram prejudicadas por não conviverem de forma tradicional com seus clãs ou famílias extensas no entorno do tronco que se apresenta como “um *locus* de adensamento dos laços de consanguinidade” (MARQUES, 2002, p. 48).

No caso dos Terena da aldeia Bananal, é costume que a casa do chefe da família esteja próxima, preferencialmente como morador vizinho da casa para auxiliar em aconselhamentos, orientações, ajuda mútua e até exortações, caso seja necessário.

Por falta de espaço maior para abrigar toda a família extensa, outro fator negativo na imposição da forma de ocupação socioespacial de moradia foi a diminuição da cooperação de ajuda mútua na família extensa, por exemplo, na doença, no partilhar dos bens adquiridos, a caça a pesca, e nas outras necessidades pessoais ou coletivas. Por fim, restou prejudicada a participação da pessoa mais idosa com conhecimentos tradicionais que auxiliam na parte física e espiritual da família, principalmente para gestantes e bebês recém-nascidos, que são de fundamental importância para a parturiente e a criança.

Na família extensa, há um sentido prático de uma rede de relações humanas e espaciais e dinâmicas definidas no próprio clã. Dessa forma, até mesmo dentro da aldeia, entre as famílias, é verificada a prática da teoria de Mauss, porque as prestações primitivas revestem a forma de dádivas, de presentes, reguladas por três obrigações interligadas: “dar, receber, retribuir” (MAUSS, 2003, p. 200).

Dar, receber e retribuir fortalece relações, cria laços de família, troca energia espiritual entre os atores da dádiva, mantém vínculos afetivos de receber e o compromisso cultural de retribuir algo pelo que recebeu, e esse vínculo de afeto e bondade ficou prejudicado nos moldes adotados como lugar de moradia.

Os Terena tiveram que se adaptar ao novo local de *modus vivendi* na organização socioespacial por mais de um século, em sistema de parentesco, padrão de assentamento, secretismo religioso e política administrativa, porque o SPI atuou como um processo civilizador, fiscalizador, julgador, condenador e castigador dos Terena. Em suma, o lugar dos indígenas serviu

apenas como referência para os *purútuye* como local de contrato de trabalho temporário para exploração de mão de obra nas fazendas, nas destilarias e, atualmente, nas colheitas da região sul do Brasil, onde os indígenas trabalham como catadores de maçã.

Outro fator negativo para os Terena foi a intensificação de contatos interétnicos e, talvez, uma das marcas mais traumáticas desse processo foi a proibição do uso da língua terena na escola do Serviço de Proteção aos Índios, durante as aulas ministradas pela professora não indígena esposa do chefe do SPI. Nesse caso, ela utilizava a língua portuguesa para ministrar aula, enquanto as crianças indígenas eram todas falantes da língua materna e não compreendiam a língua portuguesa, causando impacto nas relações sociais, educacionais e pedagógicas. Por fim, a evasão dominava os alunos indígenas, devido à imposição da pedagogia desconhecida que seguia as regras sociais do mundo não indígena.

Outra consequência que afetou os Terena foi a sustentabilidade indígena. Sobre isso, Gallais (1977) discute que “o homem vê a natureza através de um prisma seletivo que confere uma distância ecológica real ao que, aos nossos olhos, não passa de gradiente insignificante”. Percebe-se que foi isso o que aconteceu com os Terena, porque não tiveram oportunidade de escolher o local da moradia e isso está ligado diretamente à Pedologia, devido à prática da agricultura de subsistência familiar.

Não havia, portanto, liberdade para organizarem o espaço de acordo com a cultura tradicional, na qual as roças eram feitas no fundo de quintais enriquecidos por meio de consórcio diversificado de culturas que propiciava a retirada do alimento. Assim, a ausência

de matéria-prima nesses quintais, como, por exemplo, o algodão (usado para confecção de redes, faixas, bolsas tudo por meio do fuso e do tear Terena), não supriu as necessidades da rede de dormir tanto da criança quanto dos adultos, por isso a transmissão de conhecimentos tradicionais para os mais jovens deixou de acontecer.

Também não foram levados em consideração os conhecimentos tradicionais e culturais dos Terena da aldeia Bananal, quando, na verdade, existe a prática de conhecimentos pedológicos, sendo que:

*Com base na prática adquirida com o trabalho, os povos primitivos são capazes de distinguir nuances pedológicas, mínimas diferenças ao longo de uma encosta montanhosa ou de altura numa planície. Cria-se assim variada terminologia que é plena de significados para os habitantes dessas áreas. Estas diferenças ecológicas, contudo, não são nem percebidas nem vivenciadas igualmente por todos (CORREA, 1995, p. 34).*

Os Terena são considerados agricultores tradicionais, por isso têm experiências de distinguir e perceber as nuances pedológicas; logo, perceberam o impacto diretamente na sustentabilidade econômica dos arruamentos e das quadras da aldeia Bananal, cartografados pelo SPI. No conjunto de ações impostas e diante das dificuldades da segurança alimentar, tiveram que se submeter no espaço determinado para construir a sua moradia.

Por isso, no “longo e infindável processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais” (CORREA, 1995).

Diante dessa circunstância espacial, os Terena buscaram recriar ou criar espaço de sustentabilidade em outro local específico e tiveram que sair da aldeia Bananal, indo fazer a roça na atual aldeia Lagoinha, onde passavam o dia todo na roça que ficava perto de um lago chamado *Kali Lâvona*, que significa Lagoinha, daí o nome de aldeia Lagoinha.

Outro lugar de *kavâne* - roça - que foi criado é *Hopunó'evoti Úne* - água branca, atualmente aldeia Água Branca, local de roças dos indígenas moradores da aldeia Bananal, que todos os dias se deslocavam para as suas roças e, ao fim da tarde, voltavam para sua origem.

Nesse sentido, Bananal tornou-se dormitório dos agricultores indígenas que, por sua vez, construíram as suas casas na roça, pois o mais importante é o fator água para uso doméstico e, por isso, acabaram fundando essas duas aldeias, sem interferência do SPI na ocupação e na organização socioespacial.

Analisando ainda as consequências espaciais após um século de imposição do SPI no *modus vivendi* dos Terena da aldeia Bananal, quando apostou na extinção dos indígenas por meio de imposição na ocupação espacial e na disposição da construção de casas, a política indigenista projetou para os indígenas assimilarem e se integrem no mundo não indígena.

Por isso, então, sobre a razão de reservar pequena área de terra que desmereceu o aumento da demografia e as consequências da dinâmica cultural, podemos concluir e visualizar - por meio do mapa da aldeia Bananal, a forma de configuração atual, de acordo com Correa (2009), na referência de Milton Santos (1985) - que o espaço deve ser analisado a partir das categorias e uma das categorias é a forma. Dessa maneira:

*O aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. Ressalte-se que a forma não pode ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia que não é possuidora (CORREA, 2009, p. 28).*

O resultado da pesquisa identificou que houve resignificação, recriação da forma tradicional de se organizar no espaço junto com as famílias extensas, concentradas na periferia da aldeia Bananal, onde encontraram espaço para abrigar toda a família e a sua geração futura, conforme o mapa, denominando-se de vilas.

É preciso indicar que, na parte central da aldeia Bananal, ficaram as famílias pequenas ou parte da família permanece no mesmo lugar; outras casas estão fechadas em decorrência de diversos fatores, como, por exemplo, alguns indígenas foram participar do movimento de retomada de terras tradicionais e estão morando nas fazendas de retomadas.

Nesse caso, alguns estão trabalhando no plantio de roças e na criação de pequenos animais; outros estão sempre em mobilidade, transitando entre territórios, ora na aldeia, em suas casas, ora nos territórios tradicionais.

### **Considerações Finais**

Podemos observar, de acordo com o mapa da aldeia Bananal, a recriação ou a resignificação e o novo modelo de identificação com ocupação espacial de forma tradicional, na qual as famílias extensas aparecem reagrupadas com toda a sua parentela.

Esse modelo tradicional voltou a se apresentar e se estabelecer na periferia da aldeia Bananal, com espaço suficiente para famílias extensas, buscando visibilidade e autoafirmação familiar, como vilas utilizando os sobrenomes das famílias extensas indicando o poder político interno, porque família extensa na aldeia é sinônimo de poder.

Atualmente a cartografia social aponta as famílias extensas com nomes das seguintes vilas: Vila Esperança, Vila Mariano, Vila Pedreira, Vila Nova, Vila Hortêncio, Vila Paraíso, Vila Candido, Vila Sobrinho, Vila Baixada, Vila Marques, Vila Bananinha e Jaraguá, sendo essa última não exatamente uma vila, por ser mais parecida com um bairro da aldeia, que, ao que tudo indica, poderá se tornar aldeia independente da organização política e tribal da aldeia Bananal – aliás, esse processo já está se iniciando, com uma pessoa representante no conselho tribal.

Dessa forma, a disposição das casas de forma tradicional prejudicou a essência, a integralidade e a naturalidade da ocupação espacial do lugar de moradia desses indígenas, que tiveram que se reorganizar novamente após um século de convívio.

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia*. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. In: *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. III. São Paulo. 1949.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. *Vukápanavo - o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político*. Tese. (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ. 2019.

Ata das Lideranças Indígenas da aldeia Bananal nº 10. Aquidauana. MS. 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito chave da geografia*. In: *Geografia: Conceitos e temas*. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da C; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Cosac & Naify. São Paulo. 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Os Diários e Suas Margens*. Brasília. UNB. 2002.

PEREIRA Levi Marques. *Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização a identidade étnica*. Dourados. MS. Editora UFGD. 2009.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira. A dimensão sócio-política do território para os Terena: *asaldeias nos séculos XX e XXI*. Tese. UFF. Niteroi. Rio de Janeiro. 2011.